

Ass. Constituinte

Sábado, 24, e segunda-feira, 26 de agosto de 1985

mavel para a
SOS

Maxitec
Soloprocessos, Automação Industrial

ANC 88
Pasta 08/85
109/1985

PROJETO

GAZETA MERCANTIL

Leis de exceção podem ser suspensas na campanha de 1986

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Todas as leis de exceção poderão ser suspensas durante a campanha e funcionamento da Constituinte. A proposta é do deputado José Genoíno (PT-SP) e foi defendida na comissão mista que cuida das propostas à emenda do Executivo que convoca a Constituinte pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS). Para que isso ocorra, basta a comissão apresentar substitutivo à emenda do governo e ser aprovado em plenário.

A suspensão das leis, na prática, representa a revogação, uma vez que, vigorando durante o funcionamento da Assembléia, esta criará um novo ordenamento jurídico para o País com outras leis, que não as atuais. O deputado Djalma Bom, também do PT paulista, apresentou emenda ao projeto do Executivo revogando as leis de exceção. Entretanto, segundo o deputado João Gilberto, a revogação das leis é mais difícil e polêmica do que sua suspensão. As leis que devem ser suspensas são as de Imprensa, de Segurança Nacional, de Greve e de Estado de Emergência.

DIRETAS

O PDT ainda não desistiu de convocar as diretas para 1986. Os partidários do governador Leonel Brizola pretendem entrar com recurso junto à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para que seja aceita a emenda do partido, que não obteve o número de assinaturas necessário. Ontem, o deputado Sérgio Lomba (PDT-RJ) ainda procurava colher as assinaturas. O deputado estava impressionado com os parlamentares, principalmente do PMDB: "O que me tem impressionado é que todos os pemedebistas das diretas hoje acham que diretas é golpe".

Outro ponto que já está provocando discussões acaloradas é a convocação de uma Constituinte exclusiva, isto é, separada da eleição para Câmara e Senado. Um dos defensores da ideia é o deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), para quem a convocação feita pelo Executivo, dando poderes constituintes a deputados e senadores, levará "apenas a elaboração de uma carta revisora". O deputado argumenta que "isso não é o interesse do País". Ele quer "desviar" a Constituinte elegendo parlamentares exclusivos.

O deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) enviou ao presidente da Câmara Ulysses Guimarães, um abaixo-assinado por todos os líderes de partido na Casa, propondo a criação de uma comissão interpartidária. A finalidade da comissão é promover encontros em todo o País "com os mais diversos segmentos da sociedade, visando recolher subsídios para a Assembléia Nacional Constituinte". Participam da comissão pela Frente Liberal os deputados Emilio Hadad, Joacil Pereira, Celso Barros e Ricardo Ribeiro.

Pelo PDS, Glóia Júnior, Hugo Mardini, Octávio César, Ricardo Fiuza, Jorge Arbage, Gerardo Renault, Edison Lobão e Leorne Belém. Do PDT, Elquisson Soares e Léo de Almeida Neves. Pelo PTB, Gastone Righi. Do PT o deputado José Genoíno. Pelo PSB, Sebastião Nery, e pelo PC do B, Haroldo Lima. Os deputados do PMDB são: Alencar Furtado, Maurílio Ferreira Lima, Airton Soares, Cardoso Alves, Francisco Pinto, Walber Guimarães, Miguel Arraes, Agenor Maia, João Herremann, Manuel Costa e Israel Dias Novaes, mais o indefinido Freitas Nobre.